

**25. Proposta para alteração da data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal, validação da data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga devendo ser oficialmente atribuída ao dia **22 de maio** e tudo de acordo com os documentos constantes do respetivo processo.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 9857

**Data:** 31/01/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b>	<b>O Presidente, à reunião de Câmara,</b>
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O(a) Vice-Presidente,</b> à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

<b>O(a) Diretor de Departamento</b>	<b>O(a) Diretor(a) Municipal</b>
-------------------------------------	----------------------------------

<b>O(a) Chefe Unidade</b>	<b>O(a) Chefe Divisão</b>
---------------------------	---------------------------

**Assunto: Proposta para alteração da data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga**

**PROPOSTA:**

Pela Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga foi solicitado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho **parecer sobre a data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga.**

O trabalho baseou-se no relatório produzido por Ricardo Manuel Soares Fernandes - Subchefe de Segunda Classe na Companhia de Sapadores Bombeiros de Braga - cujos resultados motivaram o aprofundar da investigação.

Destaca-se o apoio inexcedível, generoso e proficiente dos funcionários do Arquivo Municipal de Braga (AMB) e do Arquivo Distrital de Braga (ADB), bem como de toda a equipa de investigação do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, liderada pelo Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira de Azevedo Mendes.

De acordo com o parecer que se anexa, comprova-se que o registo camarário de 22 de maio de 1766 figura como o **momento legal de fundação da Companhia da Bomba de Braga, cuja existência é confirmada pelo Príncipe Regente D. João em 8 de junho de 1799.**

Tendo por base o ato fundacional e a existência de provas factuais e históricas nos Arquivos Municipal e Distrital de Braga que atestam o funcionamento ininterrupto da referida Companhia da Bomba, encadeada, sucessivamente, em outras companhias municipais, a data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga deve ser oficialmente atribuída ao dia 22 de maio de 1766. Por conseguinte, pode concluir-se que no dia 22 de maio de 2024 perfaz, por pleno direito, **258 anos.**

**Propõe-se** assim a Executivo Municipal e a Assembleia Municipal,

**Validação**, com base no Parecer emitido pelo Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (que data do dia 30 de janeiro de 2024), **da data fundacional da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, dia 22 de maio de 1766.**

**O Vereador**

---

**Anexos:**

1. Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;
2. Parecer Universidade do Minho.

**Nº Informação:** 9747

**Data:** 31/01/2024

**Assunto:** Parecer sobre a data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga

Vereador Eng. Altino Bessa, Excelência:

Mediante mensagem de correio eletrónico dirigida ao diretor do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, datada de 13 de setembro de 2022, solicitei a Va. Exa que, «com o rigor técnico que se lhe exige», ao referido Departamento que pudesse dar apoio a uma investigação.

Em causa estava a data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga (CBSB).

Os indícios documentais recolhidos apontavam para a necessidade de considerar a hipótese que a CBSB tivesse a sua origem histórica em 1766 e não em 1799, como está atualmente convencionado, o que conferiria à dita CBSB a posição de «terceiro corpo de Bombeiros mais antigo do País, a seguir a Lisboa e Porto, no que diz respeito à história nacional destas companhias.

Mais referi a vontade de consolidar esta conclusão e alterá-la [a data] em devida sede.

Assim, neste pressuposto, conforme o parecer técnico que vem dar razão ao pretendido, sugiro a Vossa Excelência que submeta o mesmo à Câmara desta Autarquia.

Aceite os meus respeitosos cumprimentos

Nuno Osório



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de História

**Exmo. Senhor Engenheiro Nuno Luís das Neves  
Meneses Osório**

Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de  
Braga

Avenida Olímpica 4700-083, Braga

sua referência

sua comunicação de  
13 de setembro de 2022

nossa referência  
Parecer

data  
30 de janeiro de 2024

**Parecer sobre a data da  
fundação histórica da  
Companhia de Bombeiros  
Sapadores de Braga**

Mediante mensagem de correio eletrónico dirigida ao diretor do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, datada de 13 de setembro de 2022, solicitou Va. Exa que, «com o rigor técnico que se lhe exige», o referido Departamento pudesse dar apoio à investigação histórica realizada por dois operacionais bombeiros, designadamente o Subchefe Ricardo Manuel Soares Fernandes e o Subchefe Nuno Filipe Pinto Sousa.

Em causa estava a data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga (CBSB). Os indícios documentais recolhidos apontavam para a necessidade de considerar a hipótese que a CBSB tivesse a sua origem histórica em 1766 e não em 1799, como está atualmente convencionado, o que conferiria à dita CBSB a posição de «terceiro corpo de Bombeiros, a seguir a Lisboa e Porto», no que diz respeito à história nacional destas companhias. Mais referia Va. Exa a «vontade de consolidar esta conclusão e alterá-la [a data] em sede do executivo».

A solicitação de Va. Exa foi apresentada e aprovada formalmente em reunião da Comissão Coordenadora do Conselho do Departamento de História no dia 16 de setembro de 2022. O diretor do Departamento de História comprometeu-se, nessa ocasião, dentro das suas possibilidades, a coordenar todos os esforços necessários para a investigação da origem histórica e institucional da CBSB.

Efetuada as necessárias diligências junto de Va. Exa e de outras pessoas e instituições consideradas relevantes para o processo, a investigação na Universidade do Minho foi enquadrada no âmbito do Laboratório de Paisagens, Património e Território – Lab2PT (<https://lab2pt.net/>), por sua vez associado ao Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território – IN2PAST (<https://in2past.org/>).

Nesse sentido, foi constituída a seguinte equipa: Francisco Manuel Ferreira de Azevedo Mendes (coordenador da equipa, diretor do Departamento de História da Universidade do Minho em 2022 e 2023), Cristina Maria Vilas Boas Braga, Flávia Manuela Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Pinto Ribeiro, Nuno Filipe Pinto Sousa, Ricardo Manuel Soares Fernandes.

A equipa trabalhou sem prejuízo das suas principais obrigações profissionais, não auferindo nenhuma compensação financeira.

O trabalho baseou-se no relatório produzido por Ricardo Manuel Soares Fernandes e Nuno Filipe Pinto Sousa, cujos resultados, como já mencionado, motivaram a vontade de aprofundar a investigação. A equipa teve o apoio inextinguível, generoso e proficiente, dos funcionários do Arquivo Municipal de Braga (AMB) e do Arquivo Distrital de Braga (ADB).

Para os devidos efeitos, procede-se à apresentação a V. Exa do **Parecer sobre a data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga** resultante da investigação desenvolvida pela equipa que, no final, assina, responsabilizando-se pela integridade científica da nova data proposta: 22 de maio de 1766.

No Parecer, os documentos são localizados de forma abreviada: AMB ou ADB, Tipo de documento, Ano da ocorrência citada. As citações subsequentes não são objeto de localização. A ortografia, as maiúsculas e minúsculas e a pontuação das citações foram atualizadas. Em parênteses retos, nos documentos citados, intercalam-se, por vezes, observações da equipa. Todas as citações estão em itálico. Por vezes, ocorre um destaque, a negrito.

## ENQUADRAMENTO

### §1

O ano atualmente convencionado para a fundação da CBSB, designadamente 1799, tem como base uma contextualização errada da Provisão do Príncipe Regente D. João, datada de 8 de junho de 1799.

Entendeu-se que esta Provisão constitui o ato de fundação da primeira Companhia da Bomba e, por consequência, da linha de companhias municipais que, sucessivamente, encadeia a história da CBSB.

Esta interpretação não tem em linha de conta as evidências documentais do Governo Municipal e da sua Companhia da Bomba anteriores a 1799 e que a presente equipa investigou de forma sistemática.

### §2

Com efeito, na referida Provisão, quando se diz *«que atendendo a me representarem o Juiz de Fora, Vereadores e Procurador da cidade de Braga, que desejando obviar a que os incêndios, muitas vezes acontece naquela cidade, não chegassem a reduzir as cinzas as casas incendiadas, os bens e famílias que dentro delas habitam, mandaram eles suplicantes **comprar em Londres uma bomba de grande preço** para acudir aos ditos incêndios e têm instituído uma Companhia de cem homens, incluindo os competentes oficiais»* (AMB, Cartas dos Senhores Reis e dos Senhores Bispos até 1810, t. II, documento avulso), esclarece-se, de imediato, que a causa da representação dos suplicantes é o pedido de *«**confirmação da mencionada Companhia**»*.

Assim, quando o Príncipe decidiu *«por bem que a Câmara da Cidade de Braga forme uma Companhia de cem homens, inclusos os competentes oficiais, para o laboratório da dita máquina»*, apenas estava a confirmar a fundação anterior da Companhia da Bomba e, nesse contexto, a reenquadrar militarmente, como se verá a sua existência.

### §3

A questão de uma data anterior, em confronto com a data convencional de 7 de junho de 1799, é, deste modo, o cerne da investigação sobre a fundação histórica da CBSB. Qual a profundidade dessa data anterior?

A análise às bases de dados do AMB e ADB demonstrou, numa primeira fase, a existência de indícios documentais suficientemente fortes que comprovam que a data de fundação de uma primeira Companhia da Bomba recua até ao acórdão camarário de 22 de maio de 1766.

O presente Parecer explora, sistematiza e sintetiza essas evidências no AMB e no ADB.

O relatório científico com todos os dados investigados será entregue no dia 22 de maio de 2024 à CBSB.

## EVIDÊNCIAS

### §4 Criação da Companhia da Bomba em 22 de maio de 1766

No dia 22 de maio de 1766, a Vereação da Câmara de Braga, na presença do Juiz de Fora, decidiu, finalmente, após diligências que remontam a março desse ano, registar o enquadramento e a decisão de criar uma Companhia da Bomba. Assim, explicam que *«por haverem acordado nos princípios do mês de Março deste presente ano mandar-se vir do Norte uma bomba para os incêndios do fogo, com cuja falta nesta cidade tem bem experimentado gravíssimo prejuízo, o qual se não dá tão rigoroso em outras cidades deste Reino onde há **bombas com Companhia de pessoas com seu Capitão** que as manejam e acodem prontamente ao alívio do dito fogo, e para o mesmo fim e nesta dita cidade por este mesmo senado **se fez a mesma ordem e forma das mais cidades**»* (AMB, Acórdãos, 22 de maio de 1766).

A decisão decorre de uma política expressa da Vereação e que tem o acordo do poder senhorial do Arcebispo: porque *«haviam obtido autoridade e aprovação de sua alteza sereníssima o Senhor Dom Gaspar Arcebispo desta diocese para o referido efeito»*.

Precisando o fundamento do acórdão, a Vereação sublinha que esta concertação fica registada por *«não se achar da mesma resolução e determinação até ao presente»*. Assim, *«determinaram que o escrivão o lançasse neste livro **para todo o tempo constar de como se havia mandado vir a dita bomba**»*.

### §5 Aquisição e características da bomba da Companhia

No dia 30 de junho de 1766, registou-se em reunião da Vereação o valor da bomba: *«acordaram que se passasse bilhete do importe da bomba que se mandou vir do Norte que importa em trezentos e quinze mil duzentos e sessenta réis»* (AMB, Acórdãos, 30 de junho de 1766).

A leitura desta informação tendo como base retroativa a Provisão Régia de 7 de junho de 1799 permite explicitar que por mandar «vir do Norte» deve-se entender *«comprar em Londres»*.

No que respeita à dimensão puramente técnica, apesar de as fontes revelarem, para o período em análise, a existência de vários fabricantes e distintos modelos em uso, não será de todo descabido propor que a bomba adquirida pudesse ser semelhante à bomba de Newsham, uma bomba braçal apoiada num carro de quatro rodas (cf.



paralelo, em suporte gráfico, na coleção do British Museum em [https://www.britishmuseum.org/collection/object/P\\_1880-1113-3758](https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1880-1113-3758)).

## §6 Os privilégios da Companhia da Bomba e o contexto logístico

No dia 29 de dezembro de 1766, transcreveu-se no Registo Geral da cidade de Braga a provisão da nomeação do Capitão da Companhia da Bomba, Francisco Xavier, morador na rua do Souto. Dias antes, a 24 de dezembro, o Alferes já tinha também sido provido. O mesmo Registo Geral conserva entre esta data e finais de janeiro de 1767 o provimento de mais oficiais da Companhia. Desde então, registaram-se outros provimentos, alguns deles objeto de um segundo registo na documentação camarária.

Estes primeiros provimentos transcritos no Registo Geral, sob a autoridade direta do Senhorio Eclesiástico de Braga, são uma peça importante da composição política que está na base da compra da bomba e na criação da respetiva Companhia em 1766: reforçam a leitura do acórdão camarário de 22 de maio de 1766, imprimem a visão do Arcebispo e Senhor de Braga.

Com efeito, D. Gaspar de Bragança, Arcebispo e Senhor de Braga, no seu registo geral, consolida, sem margem para dúvida, o ato fundacional: «*tendo consideração aos gravíssimos danos que os moradores desta nossa cidade têm experimentado nos repetidos incêndios que nela têm acontecido e que pera os obviar pelo meio mais eficaz se precisava da manobra de uma bomba com que prontamente se lhe acudisse*», ordena «*ao Senado da Câmara (...) fizesse por pronta a dita bomba e que para o serviço dela elegeisse pessoas capazes*», às quais concederia «*os privilégios competentes, sendo primeiro por nós [Arcebispo] aprovados*» (ADB, Registo Geral, 29 de dezembro de 1766).

A aquisição da bomba e a criação da Companhia da Bomba em 1766 são um dado adquirido. Mas quais os seus privilégios e o seu contexto logístico?

Os privilégios dos oficiais e soldados da Companhia da Bomba registados nos provimentos estruturam-se deste modo: «*e assim gozará [gozarão todos] de toda a isenção contida no privilégio concedido para o mesmo efeito como é de soldado auxiliar, ordenança, guardas, alardos, exceto os gerais, lançador, sacador, recebedor de fintas de qualquer qualidade que sejam, depositário, quadrilheiro, jurado, e de todos os mais encargos contidos em outros semelhantes privilégios*» (ADB, Registo Geral, 24 de dezembro de 1766).

Do ponto de vista do recrutamento, a Companhia da Bomba decorre de uma transposição e substituição de encargos a que a comunidade concelhia estava sujeita, nomeadamente os que se inscreviam na obrigatoriedade de prestar serviço militar nas Companhias de Ordenanças. Todos os elementos da Companhia da Bomba teriam uma isenção de participação nas Ordenanças.

Em 1762 e nos anos subsequentes, precisamente, as Companhias de Ordenanças são objeto de uma alteração orgânica, provocando como que uma reinstalação social do serviço militar concelhio. A reforma é protagonizada pelo Conde de Lippe, à frente do comando do exército português (cf. Miguel Freire, «Um olhar actual sobre a “transformação” do Conde de Lippe», *Nação e Defesa*, 192, 2005, pp.137-166). Nesta década, organizam-se os recenseamentos gerais da população abrangida, como é o caso do «*Recenseamento geral dos fogos e moradores da cidade [de Braga], mandado fazer pela lei de 1762 e tendo em vista as preocupações militares que a participação de Portugal na guerra dos 7 anos obrigara*» (José Viriato Capela,

«O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira», *Bracara Augusta*, XLI, 91-92, 1988-1989, p. 68).

É útil, neste contexto, a observação de José Viriato Capela relativamente às prerrogativas do Arcebispo face ao poder da Vereação, quando conclui que «há, porém, um conjunto de quadros dos quais nunca o Arcebispo largaria mão e que lhe seriam respeitados. No 1º está o exclusivo da nomeação dos quadros militares (superiores e subalternos) e outros das Companhias de Ordenança (...). Mas também sobre os quadros da Companhia do Fogo da cidade, na nomeação dos seus corpos dirigentes (militares por vezes) e nos soldados e bombeiros auxiliares» (José Viriato Capela, «O município de Braga ...», p. 203).

O recrutamento da Companhia da Bomba de Braga e a sua organização são, em síntese, um produto direto deste ambiente de reformas militares na década de 1760, mobilizando logisticamente o poder municipal e o poder senhorial.

### **§7 Os soldados da Companhia da Bomba**

No dia 21 de fevereiro de 1767, após as provisões de nomeação dos cargos de topo da Companhia, é feito em Câmara o «*termo de juramento que se dá ao Capitão (...) e oficiais da Companhia do Exercício da Bomba e nos mais providos da mesma Companhia*» (AMB, Livro dos Acórdãos, 21 de fevereiro de 1767). São considerados 11 oficiais: um capitão; um alferes; um tenente; um ajudante; um escrivão; dois sargentos; quatro cabos. Na quantificação que expressamente é feita, somam-se mais 45: «*a qual Companhia consta, fora os oficiais, [de] quarenta e cinco*».

A Companhia da Bomba é, por conseguinte, no ato do seu primeiro juramento, a 21 de fevereiro de 1767, conferido pelo Juiz de Fora, composta por 56 elementos, que assinam.

Durante o ano de 1768, ocorrem mais dois juramentos, envolvendo, designadamente, 23 e 24 soldados (AMB, Livro dos Acórdãos, 26 de fevereiro e em 22 de julho). No segundo destes juramentos, numa afinação do registo, os novos soldados são referenciados com as suas profissões e moradas. O levantamento desta informação permite relançar o olhar sobre a tecido dos arruamentos e das atividades socioeconómicas da cidade, com destaque para os ofícios artesanais, base da recruta dos elementos da Companhia da Bomba.

Como interpretar a sucessão inicial de juramentos? A hipótese mais plausível é de que estes três juramentos, entre 1767 e 1768, corresponderem a um alargamento efetivo da Companhia da Bomba e não a uma substituição de elementos.

A ser assim, em 1768, a Companhia da Bomba de Braga passou a integrar cerca de 103 elementos. Isto é, o exercício das suas funções a partir de 1767 terá obrigado ao reforço dos seus ativos, introduzindo mais duas campanhas de recrutamento durante o ano de 1768

Em 1786, procede-se a formalização de um primeiro *Livro dos soldados da bomba*. Sem contabilizar os oficiais, os soldados recenseados e que prestam juramento, com a indicação das moradas e divididos em esquadras, são 106. A análise provisória destes dados aponta para uma renovação quase total dos efetivos.

No mesmo livro, em 1794, são anotados os novos recrutas, distribuindo, a seguir, os novos recrutas pelas várias esquadras, registando também «*soldados velhos em (...) exercício*» (AMB, Livro dos soldados da bomba, 1786-1794), num registo que não permite, por ora, determinar, uma quantificação tão precisa do número de efetivos da Companhia da Bomba em meados dos anos noventa. A fixação de um

número rígido de soldados, devidamente matriculados, não constituiria, ainda, um objetivo logístico prioritário.

### §8 Casa e manutenção da bomba da Companhia

Não foi possível localizar a instalação inicial da bomba e, por consequência, a sede logística da Companhia. No entanto, é provável que ela se localizasse no complexo do Castelo de Braga, onde, para além da torre de menagem, se situavam várias tipologias de edificado (cf. Maria do Carmos Franco Ribeiro, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, dissertação de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2008, vol. II, pp. 337-344).

Em 27 de janeiro de 1779, em reunião camarária decidem os Vereadores mudar a «Casa» da Bomba, acautelando a necessidade de um espaço adequado para a manobra da bomba, mas também para a sua manutenção. Assim, «*acordaram que visto que a bomba se destruía na casa aonde está, tanto por ser estreita para a sua entrada como por não ter comodidade para se cuidar da sua conservação e limpeza, se mudasse para a botica que fica debaixo do aljube por aí ficar com toda a comodidade, e ainda mais pronta para acudir aos incêndios, e se pusesse a lanços o conserto da dita botica*» (AMB, Acórdãos, 27 de janeiro de 1779).

Tendo em conta a localização da Botica, a nova Casa da Bomba, a partir de 1779, ficaria situada na frente urbana que confrontava com a Igreja da Ordem dos Terceiros, o largo do Eirado (atual, S. Francisco) e o campo de Santa Ana, cuja perspetiva pode ser cartografada a partir do mapa de André Soares de meados do século XVIII.

Nesta Casa da Bomba arrumar-se-iam os materiais da Companhia, como aqueles que são inventariados em 1784: «*Bomba. Tem mais uma bomba com uma caixa de cobre, escadas, foices e machados e mais aprestos que constam do inventário ao Capitão da bomba*» (AMB, Livro do inventário dos bens do Senado da Câmara desta cidade de Braga, 1784).

Desde 1767, é possível observar algumas das despesas inerentes à manutenção da bomba e dos apetrechos associados ao seu exercício. Logo em 1767, registou-se uma «*despesa (...) que se passou ao serralheiro António de Araújo de ferragens que fez para a bomba*» (AMB, Receitas e despesas, 1767). Outras situações anotadas nos livros de despesa revelam a diversidade das intervenções: tanoeiro, de preparos para a dorna da bomba (1767); conserto da bomba (1768); azeite para a bomba (1769); serralheiro, para conserto da bomba (1771); cântaros que se quebraram no fogo (1780) – relativamente aos cântaros, foi possível detetar alguns eventuais paralelos no Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa; borracheiro, pelo conserto que fez na tripa da bomba (1780).

### §9 Funcionamento da Companhia da Bomba

Em 1786, no primeiro livro da Companhia da Bomba, ficou registada a organização interna em esquadras, onde é visível um critério técnico que assenta na manobra da bomba. A complexidade deste exercício implicaria, necessariamente, uma disponibilidade para o treino operacional.

As funções das esquadras aparecem devidamente especificadas:

- «*esta [primeira] Esquadra terá a obrigação de conduzir a bomba para os incêndios e exercícios e de a tornarem a meter na sua Casa*»;

«esta **[segunda]** esquadra terá a obrigação de conduzir as dornas, caixão (...) e torná-las a trazer para a mesma Casa da Bomba»;

- «esta **[terceira]** Esquadra terá a obrigação de tomar conta, quando for levada a bomba para acudir ao fogo, das escadas, baldes e cordas, e juntamente quando se fizerem os exercícios»;

- «esta **[quarta]** Esquadra terá conta, quando a bomba sair para os incêndios e exercícios, não toque na esquina da praça onde se acha e juntamente nas esquinas das ruas para o efeito de se não desconsertar com esses toques; e juntamente conduzir a gente que a houverem de trazer e levar com todo o sossego e livre de barulho»;

- «esta **[quinta]** Esquadra terá obrigação de levar todos os aprestos que forem necessários [à margem: «levarão a dorna e os baldes»] além dos impostos às esquadras antecedentes» (AMB, Livro dos soldados da bomba, 1786-1794).

Reconstituindo um cenário eventual de incêndio na cidade, anos antes, em 1779, o poder municipal cerrava fileiras em torno da Companhia da Bomba, reforçando o esquema da vigilância urbana que envolvia a articulação com o policiamento dos bairros.

Em situação de incêndio urbano o comando era atribuído ao Capitão da Companhia da Bomba: «que se lançasse banho para que toda a vez que houver incêndio nesta cidade o Alcaide do respetivo bairro e os homens da sua Alcaidaria se ponham logo prontos a tomar a entrada da rua ou bairro onde houver o incêndio para que não entre homem algum de capote», pois «se têm seguido roubos às famílias incendiadas e além disso servem de prejuízo os tais homens de capote aos que querem trabalhar para acudir ao incêndio», das quais entradas «se não podem retirar enquanto o Capitão da Companhia do fogo ou quem fizer as suas vezes os não mandar retirar» (AMB, Acórdãos, 23 de janeiro de 1779).

## §10 Confirmação régia da Companhia da Bomba e o contexto logístico

A Provisão Régia de 8 de junho de 1799 estabeleceu-se como uma confirmação da Companhia da Bomba a pedido do Juiz de Fora, dos Vereadores e Procurador da cidade de Braga. A Provisão é precedida por uma consulta do Conselho de Guerra de 4 de maio de 1799. A 31 de agosto de 1799, foi devidamente escrita.

A confirmação é feita num contexto de defesa reforçada das fronteiras face às ameaças externas decorrentes da aliança entre a França e a Espanha que exigiam uma atenção particular das várias províncias do Reino (cf. Luís Miguel Moreira, «O sistema defensivo do Alto Minho em finais do século XVIII. Contributo do engenheiro militar Custódio José Gomes de Vilas Boas», *Cadernos Vianenses*, 41, 2008, pp. 383-401; Fernando Dores da Costa, «Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação», *Análise Social*, XXX (130), 1995, pp. 121-155).

O Príncipe Regente enquadra a Companhia da Bomba e os seus privilégios «à semelhança de outras duas Companhias, eretas, uma na cidade do Porto, e outra na cidade de Lamego». Antes de declarar que «hei por bem que a Câmara da cidade de Braga forme uma **Companhia de cem homens, inclusos os competentes oficiais**, para o laboratório da dita máquina», faz questão de dizer: «visto a informação que se houve do Tenente General David Calder que governa as Armas da Província do Minho».

Neste entrosamento estratégico, a Companhia da Bomba passará a ser constituída «em sujeitos que não estejam obrigados às recrutas dos regimentos de linha e de

*milícias, havendo além destes muitos outros que sejam capazes e haveis para aquele exercício». Estes «sujeitos» terão que ser «aprovados pelo dito Tenente General» e, consequentemente, matriculados: «os matriculem com declaração da obrigação que lhes tocar». Com a matrícula, estarão «isentos dos encargos do Concelho e da Guerra, enquanto eu o houver por bem, e não mandar o contrário; e não se poderá meter homem por outro, salvo falecendo algum dos nomeados, ausentando-se, ou estando incapaz do serviço que lhe foi destinado».*

Essa matrícula, feita em livro próprio, iniciar-se-á a 15 de março de 1800 (cf. AMB, Livro de matrícula dos soldados da Bomba, 1800-1852). Cada nome matriculado tem, por isso mesmo, um número, criando, desta forma, um dispositivo que, como se viu, estava ainda ausente no registo da Companhia da Bomba entre 1766 e 1799.

### **§11 Revisão da memória histórica da CBSB**

Em setembro de 1979, no contexto das comemorações de mais um aniversário da Companhia, Avelino Jesus da Costa escreveu no *Diário do Minho* um artigo em que transcrevia e analisava a Provisão Régia de 8 de junho de 1799.

Assinalava, assim, que: «No dia 15 do corrente mês, a Companhia dos Sapadores Bombeiros de Braga [em rigor, a Companhia em 1979 ainda era o Corpo de Bombeiros Municipais de Braga] comemorou solenemente os 180 anos da sua benemérita existência. Quatro dias depois, encontrámos providencialmente no Arquivo Municipal de Braga o documento-base desta prestigiosa Instituição que o *Diário do Minho* publica em gravura para se associar à homenagem de merecida e profunda gratidão que a cidade de Braga e seu termo devem aos beneméritos soldados da paz pelas inúmeras vidas e bens que abnegadamente têm salvado no decurso de quase dois séculos» (Avelino Jesus da Costa, «Para a história dos bombeiros de Braga», *Diário do Minho*, 22 de setembro de 1979).

Para além de assinalar o marco comemorativo no documento-base, observava: «As dificuldades que então havia nas comunicações e a tradicional morosidade burocrática levam-nos a concluir que os principais passos para a criação da Companhia e a compra da bomba em Londres se deram no ano de 1798. A documentação camarária deste ano (se estiver completa) deve prestar importantes informações sobre o assunto».

A fixação equívoca de 1799 resultava, no ano de 1979, das lacunas de uma investigação efetiva e mais sistemática da documentação histórica. No entanto, em bom rigor, este equívoco pode ter um lastro maior, recuando a outros contextos comemorativos. A bandeira do *Corpo de Bombeiros Municipais de Braga* (1927-1981), conservada no espólio da CBSB, por exemplo, tem gravada a data de 1799.

A reprodução deste equívoco enraizou-se na evocação camarária da CBSB.

Em contexto camarário, o notável labor de Luís Costa não escapou a 1799. Em 1990, escrevia: «Portanto a Companhia de Sapadores de Braga teve a sua origem no final do século DEZOITO. Vai, nesta década, fazer duzentos anos que foi institucionalizada a COMPANHIA DA BOMBA DO FOGO de Braga» (Luís Costa, «As Corporações de Bombeiros da Cidade», Gabinete do Pelouro de Cultura da Câmara Municipal de Braga, Documento dactilografado, janeiro de 1990 – conservaram-se as maiúsculas do texto original; reproduzido em Luís Costa, «Criação da Companhia do Fogo antecedeu os Sapadores de Braga», *Correio do Minho*, 23 de janeiro de 1990). Em 1991, repetia a mesma orientação: «Depois da provisão do Príncipe Regente D. João, que confirma em 8 de junho de 1799 a criação da Companhia da Bomba em Braga, passou a cidade a ter um corpo especializado no combate aos incêndios até então apenas combatidos por populares que a isso eram obrigados

*quando as torres das igrejas davam o sinal»* (Luís Costa, «As Corporações de Bombeiros da Cidade», Gabinete do Pelouro de Cultura da Câmara Municipal de Braga, Documento dactilografado, junho de 1991; reproduzido em Luís Costa, «Criação da Companhia de Incêndios», *Correio do Minho*, 7 de setembro de 1991).

Uma arqueologia desta memória permitirá aprofundar os meandros que eliminaram a camada mais profunda e antiga da Companhia da Bomba e fazer justiça não apenas à sua história, mas também ao trabalho extraordinário de pessoas como Avelino Jesus da Costa e Luís Costa que, apesar de tudo, viram na grandeza da história da CBSB uma oportunidade de enaltecer o trabalho dos Bombeiros.

A linha de companhias municipais que, sucessivamente, encadeia a história da CBSB deve ser reposta, cronologicamente, na seguinte sequência: **Companhia da Bomba de Braga (22/05/1766 a 30/06/1858)**; Companhia de Socorros contra Incêndios de Braga (30/06/1858 a 19/11/1910); Corpo de Salvação Pública de Braga (19/11/1910 a 1927); Corpo de Bombeiros Municipais de Braga (1927 a 19/10/1981); **Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga (19-10-1981 até à atualidade)**.

Esta sequência de companhias entre 1766 e a atualidade tem uma estratificação complexa, plena de ângulos de abordagem, que precisa de ser estudada em profundidade através dos seus arquivos e testemunhos: a terminologia, a orgânica interna, a inscrição institucional em várias escalas, os recursos e as preocupações, o planeamento e as contingências, os incêndios e os socorros, a transformação física, económica e social da cidade e do campo, a conjuntura política, as histórias de vida dos bombeiros e da população.

Fazer a história da CBSB é fazer de certa forma a história pública da cidade de Braga.

## PARECER

Em reunião da Vereação da Câmara Municipal de Braga, na presença do Juiz de Fora, no dia 22 de maio de 1766, os Vereadores registaram a ordem e a decisão de adquirir uma bomba e constituir, para o efeito, uma Companhia da Bomba para acudir aos incêndios. A ordem e a decisão estão devidamente caucionadas pelo Arcebispo e Senhor de Braga, mediante as provisões dos Oficiais e Soldados da Companhia, feitas no Registo Geral da cidade.

O registo camarário de 22 de maio de 1766 configura-se, consequentemente, como o momento legal de fundação da Companhia da Bomba de Braga, cuja existência é confirmada pelo Príncipe Regente D. João em 8 de junho de 1799.

Tendo como base este ato fundacional e a existência no Arquivo Municipal de Braga e no Arquivo Distrital de Braga de provas documentais adequadas que atestam o funcionamento ininterrupto da referida Companhia da Bomba, encadeada, sucessivamente, em outras companhias municipais, **a data da fundação histórica da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga deve ser oficialmente atribuída ao dia 22 de maio de 1766.**

Nesse sentido, somos do Parecer que o Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga tem a obrigação institucional de desencadear as diligências consideradas necessárias para a validação da referida data fundacional da Companhia que em 22 de maio de 2024 terá, de pleno direito, a idade de 258 anos.

Braga, 30 de janeiro de 2024

